

Ass. Const.  
pg 31

# Capitalismo sem lucro a perigosa ilusão

ANC 88  
Pasta Dezembro/86  
088

**Eduardo Pereira Tostes**

**A**BERTAS as urnas e eleita a Assembléia Nacional Constituinte, a nação se prepara para discutir uma nova ordem para o país. Esta é pelo menos a esperança dos brasileiros conscientes da importância deste momento histórico.

Infelizmente, a maioria da população desconhece a importância de uma Constituição, à qual muitos atribuem inclusive poderes mágicos e universais de solucionar e cortar pela raiz nosso subdesenvolvimento político, econômico e social.

Compreende-se a ilusão e justifica-se a esperança. Afinal, são anos e anos de indefinições, tentativas, erros e omissões. Uma Constituinte será sempre uma janela para o sol. Esse parece ser o sentimento nacional com relação à futura Constituição que, acima de tudo, será a nossa carta de princípios.

Sem pretender dissociar aspectos inseparáveis no conjunto da realidade brasileira, deixemos de lado temas puramente políticos e fiquemos com os temas com os quais temos o dever de nos preocupar, envolvidos que estamos na defesa intransigente da livre iniciativa, de uma autêntica, verdadeira economia de mercado.

O Brasil, por tradição histórica, situação geográfica e mesmo opção política, decidiu-se por um regime capitalista e elegeu o lucro como a mola propulsora de seu desenvolvimento. Isso, porém, funciona apenas na teoria, pois na prática a realidade é bem diferente.

Com efeito, não se pode aceitar como capitalismo — que entendemos como uma economia de mercado — a contínua e profunda interferência do Estado no domínio econômico. Não pode ser capitalista um país que vê os órgãos governamentais sofrendo de inchaço crônico, uma aparente moléstia que, na verdade, é apenas o sintoma de um mal maior, cujo nome é ineficiência, filha natural do clientelismo, do empreguismo e da irresponsabilidade.

Não pode ser capitalista — nem democrático — um país cujas empresas estatais representam um estado dentro do estado, um poder dentro do poder, imunes que são aos controles do próprio governo e da sociedade.

Não pode também ser capitalista um país onde a interferência governamental é feita sob a forma de decretos-leis, uma legislação de exceção de que as autoridades que se dizem democráticas usam e abusam, quase sempre contra a sociedade, mas nunca contra empresas estatais e órgãos do próprio Governo.

O empresariado nacional já se manifestou inúmeras vezes contra

esse falso capitalismo, um disfarçado socialismo de estado mal-estruturado ou, pior ainda, um estatismo movido a ineficiência e politiquice.

Nunca porém o momento foi tão propício a mudanças. O ano que está para começar traz consigo talvez a derradeira oportunidade para recolocar o país na linha dos princípios universais que regem uma democracia, não só política, mas também econômica.

Para isso, a derradeira oportunidade é a Assembléia Nacional Constituinte, democraticamente escolhida e pronta para se instalar em Brasília, com o duplo, decisivo e histórico papel de discutir a nova carta, e de legislar, com "L" maiúsculo.

Essa Assembléia terá que ter soberania para definir e votar novas regras para o país. Aí reside a importância e a grande responsabilidade dos constituintes. É a hora para decidir rumos, acertar caminhos, determinar limites, dedetizar instituições, colocar, enfim, ordem para que todos possamos trabalhar e produzir com segurança, obtendo lucros — sem a falsa idéia de que o lucro é pecado —, investindo, gerando empregos, redistribuindo a renda e melhorando o nível de vida dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira.

Acima de tudo, a oportunidade é propícia para que se defina o capitalismo que o país precisa como regime a ser perseguido, sem nuances ou disfarces de qualquer espécie. É a oportunidade que temos para colo-

car as estatais como empresas auxiliares do desenvolvimento do país, desde que lucrativas e não concorrentes da iniciativa privada. Pois a função primordial de um governo é governar e não gerenciar empresas.

É, também, a oportunidade de se fortalecer o próprio Legislativo, a quem cabe discutir as leis, aprová-las ou rejeitá-las, em vez de simplesmente acatá-las como ordens superiores. É a oportunidade única que tem o Congresso Nacional de recuperar sua imagem, enfraquecida, desgastada e distorcida por longos anos de arbítrio. É imperioso colocar um ponto final definitivo nos tristes episódios protagonizados por "pianistas", "trens da alegria" e pela infeliz e recente tentativa de aprovar um substancial aumento de proventos para seus próprios membros, conflitando com os difíceis momentos por que passa toda a nação.

Finalmente, é a oportunidade única de privilegiar o lucro. Reconhecê-lo como a maneira mais eficiente e mais ágil em todo o mundo capitalista para se atingir, com a rapidez que o país reclama, o desenvolvimento. Somente esse desenvolvimento pode levar ao bem-estar social, fim último de um regime comprometido com a democracia política e com a democracia econômica.

Caberá à Assembléia Nacional Constituinte firmar os princípios que nos conduzam, com firmeza e decisão, ao tão almejado e imprescindível pacto social. A gente brasileira merece isso.

Eduardo Pereira Tostes é diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo—Ciesp

